

DEZ. 2022
VOL. 001

Aqui há futuro!

INSPIRA A MUDANÇA





Índice

- 3 BARCELONA, TODOS OS SENTIDOS CONTAM**
A mobilidade suave no centro da acção política
- 4 RENEGOCIAR O CRÉDITO À HABITAÇÃO**
Nova habilidade publicitária do Governo. e o incentivo ao endividamento
- 5 PELOS CAMINHOS DE...**
Ribeira da Laje, Porto Salvo
- 6 SUSTENTABILIDADE URBANA**
A sustentabilidade como fator central e diferenciador das suas políticas de gestão do território
- 7 CIDADES COM FUTURO**
Gestão sustentável da água nas autarquias

"It always seems impossible until is done."

Nelson Mandela



Barcelona, todos os sentidos contam

Em Novembro tive a oportunidade de visitar Barcelona, capital cosmopolita da Catalunha, internacionalmente aclamada pelas suas referências arquitetónicas e culturais. Do Barro gótico à Sagrada Família, do el Raval ao parque Guell, do Palau Nacional à Praia dos Beijos, passando pelas suas famosas Ramblas, Barcelona é uma cidade vibrante que apela a todos os sentidos e à contemplação.

Mas uma das coisas que mais surpreende é a harmonia com que o traçado urbanístico e as suas políticas de mobilidade confluem para darem prioridade aos peões e à mobilidade suave na dinâmica da cidade. Para além dos nove milhões de turistas anuais, vivem em Barcelona cerca de 1,6 milhões de pessoas. Isto em apenas 102 km². Por isso, à semelhança do que acontece em Lisboa, seria de esperar uma boa dose de trânsito caótico, especialmente às horas de ponta.

Nada disso! Em 2003, com o objectivo em mente de colocar a qualidade de vida das pessoas em primeiro lugar, a Comunidad Autónoma de Cataluña assumia que “a mobilidade seria um elemento chave no século que acabava de começar”, e por isso, através do devido planeamento, legislação visionária e instrumentos de programação adequados, Barcelona passou a investir de forma sistémica e estruturante nos sistemas de transporte público colectivo e na mobilidade a suave, de forma a criar condições de mobilidade adequadas, seguras e com o mínimo de impacto para o ambiente.

Enquanto por cá continuamos a debater se as ciclovias fazem ou não sentido devido à geografia e ao declive das nossas cidades, ou se devemos ter mais faixas de BUS, Barcelona tornou-se, nas últimas duas décadas, numa cidade que faz da intermodalidade de todos estes recursos de mobilidade num dos seus maiores atractivos.

Ao proporcionar uma rede integrada de mobilidade cuja capilaridade permite ir de uma ponta à outra da cidade em apenas 15 minutos, Barcelona convida as pessoas a saírem de casa, a passearem pelos bairros históricos, a irem aos jardins e aos museus..

Em suma, a fruírem e fazerem parte integrante da vida de uma cidade que respira inspiração e criatividade, e que viu nascer, entre outros, génios como Antoni Gaudí, Joan Miró ou Montserrat Caballé.

Um exemplo inspirador!

FERNANDO SANTOS
POLITÓLOGO





Renegociar o crédito à habitação

No dia 3 de Novembro, face ao aumento das taxas de juro do BCE e conseqüente ajuste da Euribor, o Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei de regime de renegociação dos contratos de crédito habitação própria de forma a que os bancos aceitem as condições das famílias que detenham uma taxa de esforço superior a 36%, 40% ou 50% consoante o perfil financeiro dos clientes com valores de dívida até 300.000€.

As medidas deste diploma anunciadas num tom quase “paternalista” pelo Secretário de Estado do Tesouro, Ministra da Presidência e pelo Ministro das Infraestrutura e da Habitação foram partilhadas como vantajosas e complementares do já existente sistema PARI (Plano de ação do risco de incumprimento), dando a entender que os seus moldes legais não necessitariam de explicações complementares.

Neste caso, o impacto final do diploma apenas é de um ajuste da taxa de esforço e a uma obrigação dos bancos para com os seus credores.

Mesmo após várias insistências dos jornalistas, para que o Secretário de Estado do Tesouro esclarecesse quais as conseqüências reais para um cidadão que renegociasse um crédito, João Nuno Mendes reafirmou que esta negociação seria da responsabilidade dos bancos e dos seus credores com fiscalização da entidade reguladora. Para além de garantir que essas renegociações não teriam aumentos de spread ou comissões, o Secretário de Estado evadiu a questão colocada pela imprensa quanto ao registo financeiro desses mesmos cidadãos sempre como uma inevitabilidade objetiva da medida como se de uma ‘salvação’ se tratasse.

Faltou coragem e responsabilidade ao não se comunicar ao povo português, dos quais cerca de 10 milhões, quase 4.4 milhões são pobres ou têm rendimentos abaixo do limiar da pobreza, e conseqüentemente em maior risco de incumprimento, das verdadeiras conseqüências desta medida.



Não se referiu que o próprio Banco de Portugal irá futuramente limitar severamente o acesso destes cidadãos a ferramentas financeiras. Concretizando, falamos de famílias que automaticamente perdem acesso aos seus cartões de crédito, que não poderão fazer troca de habitação, de automóvel, não poderão fazer um crédito pessoal ou mesmo um crédito formação para si ou para os seus filhos.

Nesta habilidade publicitária, sem o devido esclarecimento das consequências para o cidadão comum, o governo promove um outro tipo de formato de endividamento.

Com uma prestação mais baixa é um facto, mas que compromete a vida e a esperança de um futuro melhor dos portugueses e da sua liberdade.

HENRIQUE MENDES
GESTOR EM MARKETING & SALES



Pelos caminhos de... Ribeira da Laje

No dia 26 de Novembro organizámos uma caminhada por Porto Salvo (Oeiras), onde percorremos uma parte da Ribeira da Laje e visitámos *in loco* o aterro ilegal de dez mil metros quadrados mandado executar pelo executivo da Câmara Municipal de Oeiras.

Para além de cobrir uma linha de água, este aterro está também situado em plena Reserva Ecológica Nacional, sendo uma violação grosseira do PDM (e das mais elementares práticas de urbanismo), o que levou a CCDR de LVT a exigir a restituição das condições originais do terreno à autarquia presidida por Isaltino Morais. Um erro que custou aos Oeirenses mais de um milhão de euros.





ESTIMA-SE QUE 70% DA POPULAÇÃO MUNDIAL VIVERÁ EM CIDADES EM 2050, SIGNIFICANDO QUE TERÃO DE SER PENSADOS TERRITÓRIOS MAIS SUSTENTÁVEIS E POLÍTICAS URBANAS COM GESTÃO MAIS EFICAZ.

Sustentabilidade urbana

O forte desenvolvimento das cidades e da população urbana acarreta enormes desafios para as autoridades locais e para os cidadãos, criando oportunidades para estabelecer novas estratégias de gestão das cidades.

Estima-se que 70% da população mundial viverá em cidades em 2050, significando que terão de ser pensados territórios mais sustentáveis e políticas urbanas com gestão mais eficaz.

Em 2015, foi aprovada a resolução da ONU intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, desdobrados em 169 metas, que visam o desenvolvimento sustentável dos países, assumindo a adoção de políticas de gestão urbana ao nível do desenvolvimento económico local, inclusão, inovação, adaptação às alterações climáticas, entre outros, e que promove a paz, a justiça e as instituições eficazes.

Estas metas poderão ser alcançadas através de diversas iniciativas de carácter nacional, regional e local, tendo as autarquias um papel determinante na colocação da sustentabilidade como fator central e diferenciador das suas políticas de gestão do território.

As agendas urbanas atuais assentam na sustentabilidade territorial que está ancorada nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,

concretizando e adaptando, a nível local, as metas previstas para 2030, numa ótica de participação dos stakeholders e dos cidadãos.

Esta visão estratégica de desenvolvimento urbano sustentável apresenta notórias evidências ao nível da competitividade e inovação do território, inclusão social, qualidade ambiental e transparência na governação.

Neste contexto, a ação climática, a transição energética e a descarbonização do território são matérias inquestionáveis na agenda política europeia, como o Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal), não podendo deixar de constar em qualquer instrumento de gestão territorial local.

As autarquias são, portanto, os principais agentes na preparação e adaptação dos seus territórios para as vulnerabilidades climáticas a que estarão sujeitos, bem como na adoção de políticas públicas que visem a descarbonização das atividades locais, pelo que todas estas matérias devem ser integradas numa visão estratégica de sustentabilidade para o território.

ANA VIEIRA
ENGENHEIRA DO AMBIENTE





Cidades com futuro

Os temas da atualidade são vários, mas importa abordar a urgente necessidade das cidades implementarem medidas de poupança na gestão dos recursos naturais, com especial destaque para a água.

Na era da digitalização e das *smart cities* é urgente que os nossos autarcas olhem para todas as formas de poupança.

Muito embora 70% da superfície do nosso planeta seja ocupado por este bem precioso, apenas 2,5% da água existente no nosso planeta é doce, ou seja, água adequada para o consumo humano. E mesmo assim, destes 2,5%, apenas conseguimos aceder a 0,4%. Ou seja, a água é realmente um bem escasso e limitado.

Deste modo, é imperativo que este recurso tão importante e fundamental para a nossa vida seja utilizado com a maior contenção possível, e é por isso urgente que todos os municípios de Portugal analisem os vários estudos e propostas de poupança de água já elaborados por vários especialistas, e ponham em prática medidas a curto e médio prazo.

Utilizar os fundos do PRR para algumas destas medidas será seguramente um bom investimento, designadamente na instalação de sensores e

tecnologia capazes de minimizar perdas desnecessárias.

Regar um jardim enquanto chove é talvez dos maiores desperdícios que podemos assistir numa cidade.

Outras medidas que visam a redução do consumo de água, passam também pela reutilização de águas tratadas em ETAR's, ou na captação e armazenamento de água das chuvas em depósitos que posteriormente são tratadas para o seu consumo humano.

Aumentar a sustentabilidade ambiental é urgente e até pode parecer um passo simbólico, mas os municípios devem criar condições para que todas as regas de espaços verdes só funcionem quando as condições climatéricas assim o obrigarem.

A água é o bem mais precioso para a vida! O bem essencial! E é por isso que temos que dar o exemplo na sua gestão e administração em ambientes urbanos.

PEDRO FONSECA
ARQUITETO URBANISTA



